



## Infraestrutura Brasil Holding VI S.A.

NPJ/ME nº 35.378.705/0001-21

### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO S FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

### BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	3.a	8.175	17	54.980	271.356
Aplicações financeiras vinculadas	3.b	-	-	15.742	8.658
Contas a receber	4	-	-	42.616	29.677
Estoques	-	-	-	9.050	5.318
Tributos a recuperar	5.a	379	-	10.945	4.966
Adiantamentos de fornecedores	-	-	22	5.785	9.857
Partes relacionadas	6	-	-	390	8
Dividendos a Receber	6	3.055	3.055	-	-
Outros ativos	-	-	-	23	6
Total do ativo circulante	-	11.609	3.094	139.531	329.846
<b>Não Circulante</b>					
Tributos a recuperar	5.a	-	-	6	-
Impostos diferidos ativos	5.b	-	-	427.300	400.845
Partes relacionadas	-	-	918.320	-	-
Depósitos judiciais	16	-	-	15.705	17.049
Outros	-	-	-	9	9
Imobilizado	7	-	-	38.722	36.241
Intangível	8	-	-	2.477.233	2.248.802
Infraestrutura em construção	9	-	-	78.716	78.049
Investimento	9	632.714	1.786.053	-	-
Total do ativo não circulante	-	632.714	2.704.373	3.037.691	3.699.315

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	10	4	30	51.352	46.101
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	73.415	70.076
Tributos a recolher	12	1.243	-	7.926	5.162
Obrigações com empregados e administradores	-	-	-	12.486	8.930
Credor pela concessão	15	-	-	1.667	1.377
Partes relacionadas	6	-	-	111	237
Receita acessória antecipada	19	-	-	11.251	6.647
Passivo de arrendamento	19	-	-	3.113	2.484
Provisão para manutenção	18	-	-	97.146	97.759
Contas a pagar pela aquisição de investida	14	-	-	70.530	58.550
Dividendos a Pagar	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	282	566
Total do passivo circulante	-	1.247	30	329.488	299.891
<b>Não Circulante</b>					
Passivo de arrendamento	19	-	-	2.633	3.973
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	-	-
Debêntures	12	-	-	1.175.664	1.689.150
Ações preferências resgatáveis	15	-	-	752.920	-
Dividendos a pagar	6	3.055	3.055	3.055	3.055
Partes relacionadas	6	-	918.320	356	-
Provisão para riscos processuais	16	-	-	104.461	86.072
Receita acessória antecipada	17	-	-	34.178	36.014
Provisão para manutenção	18	-	-	7.513	17.513
Tributos diferidos	5.b	-	-	48.882	48.882
Contas a pagar pela aquisição de investida	14	-	-	70.530	58.549
Total do passivo não circulante	-	3.055	921.375	2.207.713	1.943.208
<b>Patrimônio Líquido</b>					
Capital social	662.801	1.633.001	662.801	1.633.001	1.633.001
Avaliação patrimonial	-	-	-	51.981	-
Reserva legal	16.107	16.107	16.107	16.107	16.107
Reserva de retenção de lucros	-	-	188.935	-	188.935
Prejuizos acumulados	(38.886)	-	(38.886)	-	-
Total do patrimônio líquido	640.022	1.786.062	640.022	1.786.062	1.786.062
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	644.324	2.707.467	3.177.223	4.029.161	4.029.161

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Capital Social	Reserva de lucros			Prejuízos acumulados	Total
		Subscrito	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Avaliação patrimonial		
Saldos em 31 de Dezembro de 2020 - Reapresentado		1.633.001	16.107	302.442	(66.377)	-	1.885.173
Reconhecimento do ajuste a valor presente		-	-	-	(24.802)	-	(24.802)
Ajuste a valor presente	20.a	-	-	-	39.298	(39.298)	-
Absorção de prejuízo com a reserva de retenção de lucros	20.a	-	-	(113.609)	-	113.609	-
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	(74.311)	(74.311)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021		1.633.001	16.107	188.833	(51.881)	-	1.786.062
Redução de capital		(970.201)	-	-	-	-	(970.201)
Ajuste a valor presente	20.a	-	-	-	51.881	(26.110)	25.771
Resultado líquido do exercício	20.a	-	-	-	-	(201.609)	(201.609)
Absorção de prejuízo com a reserva de retenção de lucros		-	-	(188.833)	-	188.833	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2022		662.801	16.107	-	-	(38.886)	640.022

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA: A Infraestrutura Brasil Holding VI S.A. ("IBH VI" ou "Companhia") é uma holding controladora de sociedade por ações de capital fechado, constituída em 01 de novembro de 2019 que tem como objetivo a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país (holding). Assim, a Companhia detém oitenta e dois por cento das ações, sendo a Infraestrutura Brasil Holding II S.A. ("IBH II"). A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente. A sede da Companhia é localizada na Avenida Issa Mar 2-200 em Bauru, Estado de São Paulo. A IBH VI é controlada diretamente pelo Pátria Infraestrutura III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, fundo de investimento em participações. A operação tem como objetivo reforçar a participação do Pátria Infraestrutura III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia no setor de rodovias. Estas demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Companhia e sua controlada ("Companhia"). 1.2. RELAÇÃO DE ENTIDADES CONTROLADA E CONTROLADAS EM CONJUNTO

	Participação	Participação acionária %	
		2022	2021
CART (a)	Controlada indireta	100	100
IBH I (b)	Controlada em conjunto	100	100
IBH II (c)	Controlada	100	100

(a) CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. ("CART"): O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustada anualmente, com data base no mês julho, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA no período e de forma alternativa de receita, desde que previamente aprovadas pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo ("ARTESP"), que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade. O trecho concedido é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo: I. SP-270: Rodovias Raposo Tavares, início do trecho no Km 381+703, no entroncamento com a SP-327, Km 32+443, Quirinhos; final do trecho no Km 654+730, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul. II. SP-225: início do trecho no Km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km 336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km 0+000, Santa Cruz do Rio Pardo. III. SP-327: início do trecho no Km 0+000, no entroncamento com a SP-225, Km 317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km 32+443, no entroncamento com a SP-270, Km 381+703, e entroncamento com a BR-153, Km 336+361, Quirinhos. A assinatura do Termo de Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados do leilão pelo Poder Concedente. O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir de 16 de março de 2009, data da transferência do controle do sistema existente e de assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. A operação iniciou suas duas praças de pedágio existentes na rodovia em 17 de março de 2009, em 15 de dezembro de 2009 três novas praças de pedágio iniciaram a operação, em 16 de dezembro de 2009 outras três novas praças iniciaram a operação e em 17 de dezembro de 2009 dez novas praças iniciaram a operação desativando as duas entregas inicialmente, totalizando nove praças de pedágio em operação. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A CART tem direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado ou investimento cuja aquisição ou execução, devendo ser aprovada pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo ("ARTESP"), que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade. O trecho concedido é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo: I. SP-270: Rodovias Raposo Tavares, início do trecho no Km 381+703, no entroncamento com a SP-327, Km 32+443, Quirinhos; final do trecho no Km 654+730, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul. II. SP-225: início do trecho no Km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km 336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km 0+000, Santa Cruz do Rio Pardo. III. SP-327: início do trecho no Km 0+000, no entroncamento com a SP-225, Km 317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km 32+443, no entroncamento com a SP-270, Km 381+703, e entroncamento com a BR-153, Km 336+361, Quirinhos. A assinatura do Termo de Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados do leilão pelo Poder Concedente. O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir de 16 de março de 2009, data da transferência do controle do sistema existente e de assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. A operação iniciou suas duas praças de pedágio existentes na rodovia em 17 de março de 2009, em 15 de dezembro de 2009 três novas praças de pedágio iniciaram a operação, em 16 de dezembro de 2009 outras três novas praças iniciaram a operação e em 17 de dezembro de 2009 dez novas praças iniciaram a operação desativando as duas entregas inicialmente, totalizando nove praças de pedágio em operação. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A CART tem direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado ou investimento cuja aquisição ou execução, devendo ser aprovada pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo ("ARTESP"), que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade. O trecho concedido é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo: I. SP-270: Rodovias Raposo Tavares, início do trecho no Km 381+703, no entroncamento com a SP-327, Km 32+443, Quirinhos; final do trecho no Km 654+730, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul. II. SP-225: início do trecho no Km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km 336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km 0+000, Santa Cruz do Rio Pardo. III. SP-327: início do trecho no Km 0+000, no entroncamento com a SP-225, Km 317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km 32+443, no entroncamento com a SP-270, Km 381+703, e entroncamento com a BR-153, Km 336+361, Quirinhos. A assinatura do Termo de Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados do leilão pelo Poder Concedente. O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir de 16 de março de 2009, data da transferência do controle do sistema existente e de assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. A operação iniciou suas duas praças de pedágio existentes na rodovia em 17 de março de 2009, em 15 de dezembro de 2009 três novas praças de pedágio iniciaram a operação, em 16 de dezembro de 2009 outras três novas praças iniciaram a operação e em 17 de dezembro de 2009 dez novas praças iniciaram a operação desativando as duas entregas inicialmente, totalizando nove praças de pedágio em operação. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A CART tem direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado ou investimento cuja aquisição ou execução, devendo ser aprovada pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo ("ARTESP"), que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade. O trecho concedido é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo: I. SP-270: Rodovias Raposo Tavares, início do trecho no Km 381+703, no entroncamento com a SP-327, Km 32+443, Quirinhos; final do trecho no Km 654+730, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul. II. SP-225: início do trecho no Km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km 336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km 0+000, Santa Cruz do Rio Pardo. III. SP-327: início do trecho no Km 0+000, no entroncamento com a SP-225, Km 317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km 32+443, no entroncamento com a SP-270, Km 381+703, e entroncamento com a BR-153, Km 336+361, Quirinhos. A assinatura do Termo de Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados do leilão pelo Poder Concedente. O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir de 16 de março de 2009, data da transferência do controle do sistema existente e de assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. A operação iniciou suas duas praças de pedágio existentes na rodovia em 17 de março de 2009, em 15 de dezembro de 2009 três novas praças de pedágio iniciaram a operação, em 16 de dezembro de 2009 outras três novas praças iniciaram a operação e em 17 de dezembro de 2009 dez novas praças iniciaram a operação desativando as duas entregas inicialmente, totalizando nove praças de pedágio em operação. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A CART tem direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado ou investimento cuja aquisição ou execução, devendo ser aprovada pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo ("ARTESP"), que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade. O trecho concedido é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo: I. SP-270: Rodovias Raposo Tavares, início do trecho no Km 381+703, no entroncamento com a SP-327, Km 32+443, Quirinhos; final do trecho no Km 654+730, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul. II. SP-225: início do trecho no Km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km 336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km 0+000, Santa Cruz do Rio Pardo. III. SP-327: início do trecho no Km 0+000, no entroncamento com a SP-225, Km 317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km 32+443, no entroncamento com a SP-270, Km 381+703, e entroncamento com a BR-153, Km 336+361, Quirinhos. A assinatura do Termo de Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados do leilão pelo Poder Concedente. O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir de 16 de março de 2009, data da transferência do controle do sistema existente e de assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. A operação iniciou suas duas praças de pedágio existentes na rodovia em 17 de março de 2009, em 15 de dezembro de 2009 três novas praças de pedágio iniciaram a operação, em 16 de dezembro de 2009 outras três novas praças iniciaram a operação e em 17 de dezembro de 2009 dez novas praças iniciaram a operação desativando as duas entregas inicialmente, totalizando nove praças de pedágio em operação. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A CART tem direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado ou investimento cuja aquisição ou execução, devendo ser aprovada pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo ("ARTESP"), que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade. O trecho concedido é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo: I. SP-270: Rodovias Raposo Tavares, início do trecho no Km 381+703, no entroncamento com a SP-327, Km 32+443, Quirinhos; final do trecho no Km 654+730, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul. II. SP-225: início do trecho no Km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km 336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km 0+000, Santa Cruz do Rio Pardo. III. SP-327: início do trecho no Km 0+000, no entroncamento com a SP-225, Km 317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km 32+443, no entroncamento com a SP-270, Km 381+703, e entroncamento com a BR-153, Km 336+361, Quirinhos. A assinatura do Termo de Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados do leilão pelo Poder Concedente. O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir de 16 de março de 2009, data da transferência do controle do sistema existente e de assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. A operação iniciou suas duas praças de pedágio existentes na rodovia em 17 de março de 2009, em 15 de dezembro de 2009 três novas praças de pedágio iniciaram a operação, em 16 de dezembro de 2009 outras três novas praças iniciaram a operação e em 17 de dezembro de 2009 dez novas praças iniciaram a operação desativando as duas entregas inicialmente, totalizando nove praças de pedágio em operação. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A CART tem direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado ou investimento cuja aquisição ou execução, devendo ser aprovada pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo ("ARTESP"), que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade. O trecho concedido é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo: I. SP-270: Rodovias Raposo Tavares, início do trecho no Km 381+703, no entroncamento com a SP-327, Km 32+443, Quirinhos; final do trecho no Km 654+730, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul. II. SP-225: início do trecho no Km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km 336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km 0+000, Santa Cruz do Rio Pardo. III. SP-327: início do trecho no Km 0+000, no entroncamento com a SP-225, Km 317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km 32+443, no entroncamento com a SP-270, Km 381+703, e entroncamento com a BR-153, Km 336+361, Quirinhos. A assinatura do Termo de Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados do leilão pelo Poder Concedente. O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir de 16 de março de 2009, data da transferência do controle do sistema existente e de assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. A operação iniciou suas duas praças de pedágio existentes na rodovia em 17 de março de 2009, em 15 de dezembro de 2009 três novas praças de pedágio iniciaram a operação, em 16 de dezembro de 2009 outras três novas praças iniciaram a operação e em 17 de dezembro de 2009 dez novas praças iniciaram a operação desativando as duas entregas inicialmente, totalizando nove praças de pedágio em operação. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A CART tem direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado ou investimento cuja aquisição ou execução, devendo ser aprovada pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo ("ARTESP"), que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade. O trecho concedido é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo: I. SP-270: Rodovias Raposo Tavares, início do trecho no Km 381+703, no entroncamento com a SP-327, Km 32+443, Quirinhos; final do trecho no Km 654+730, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul. II. SP-225: início do trecho no Km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km 336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km 0+000, Santa Cruz do Rio Pardo. III. SP-327: início do trecho no Km 0+000, no entroncamento com a SP-225, Km 317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km 32+443, no entroncamento com a SP-270, Km 381+703, e entroncamento com a BR-153, Km 336+361, Quirinhos. A assinatura do Termo de Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados do leilão pelo Poder Concedente. O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir de 16 de março de 2009, data da transferência do controle do sistema existente e de assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. A operação iniciou suas duas praças de pedágio existentes na rodovia em 17 de março de 2009, em 15 de dezembro de 2009 três novas praças de pedágio iniciaram a operação, em 16 de dezembro de 2009 outras três novas praças iniciaram a operação e em 17 de dezembro de 2009 dez novas praças iniciaram a operação desativando as duas entregas inicialmente, totalizando nove praças de pedágio em operação. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A CART tem direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado ou investimento cuja aquisição ou execução, devendo ser aprovada pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo ("ARTESP"), que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade. O trecho concedido é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo: I. SP-270: Rodovias Raposo Tavares, início do trecho no Km 381+703, no entroncamento com a SP-327, Km 32+443, Quirinhos; final do trecho no Km 654+730, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul. II. SP-225: início do trecho no Km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km 336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km 0+000, Santa Cruz do Rio Pardo. III. SP-327: início do trecho no Km 0+000, no entroncamento com a SP-225, Km 317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km 32+443, no entroncamento com a SP-270, Km 381+703, e entroncamento com a BR-153, Km 336+361, Quirinhos. A assinatura do Termo de Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados do leilão pelo Poder Concedente. O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir de 16 de março de 2009, data da transferência do controle do sistema existente e de assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. A operação iniciou suas duas praças de pedágio existentes na rodovia em 17 de março de 2009, em 15 de dezembro de 2009 três novas praças de pedágio iniciaram a operação, em 16 de dezembro de 2009 outras três novas praças iniciaram a operação e em 17 de dezembro de 2009 dez novas praças iniciaram a operação desativando as duas entregas inicialmente, totalizando nove praças de pedágio em operação. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A CART tem direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado ou investimento cuja aquisição ou execução, devendo ser aprovada pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo ("ARTESP"), que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade. O trecho concedido é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo: I. SP-270: Rodovias Raposo Tavares, início do trecho no Km 381+703, no entroncamento com a SP-327, Km 32+443, Quirinhos; final do trecho no Km 654+730, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul. II. SP-225: início do trecho no Km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km 336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km 0+000, Santa Cruz do Rio Pardo. III. SP-327: início do trecho no Km 0+000, no entroncamento com a SP-225, Km



## Infraestrutura Brasil Holding VI S.A.

CNPJ/ME nº 35.378.705/0001-21

e uma ml, quinhentas e trinta e oito) novas ações preferenciais nominativas, escriturais e sem valor nominal ao preço de R\$ 5.9447595 por ação preferencial, totalizando um preço de emissão de R\$ 750.000. A totalidade das ações preferenciais emitidas foram totalmente subscritas pelo Itaú Unibanco S.A. e o qual ora ingressou no quadro acionário da IBH II. As ações preferenciais possuem classes diferentes, conforme cronograma de resgate abaixo:

Classes das Ações Preferenciais	Quantidade de Ações Preferenciais	Data de Resgate
A	9.367.494	30 de abril de 2025
B	9.367.494	30 de outubro de 2025
C	6.055.754	30 de outubro de 2026
D	6.055.754	30 de outubro de 2026
E	8.452.823	30 de abril de 2030
F	8.452.823	30 de outubro de 2030
G	12.616.154	30 de abril de 2031
H	12.616.154	30 de outubro de 2031
I	12.237.669	30 de abril de 2032
J	12.237.669	30 de outubro de 2032
K	14.350.875	30 de abril de 2033
L	14.350.875	30 de outubro de 2033

As ações preferenciais terão direito de participar dos dividendos declarados e distribuídos pela IBH II de acordo com o seguinte critério: prioridade no recebimento de dividendos semestrais fixos, prioritários cumulativos e obrigatórios, cálculos com base em taxa de retorno equivalente a 100% da taxa média diária de depósitos interbancários com base em 252 dias úteis calculada e divulgada diariamente pela B3 S.A acrescido de 1,20% ao ano. As ações preferenciais gozam de prioridade em relação a qualquer pagamento de proventos ou distribuição da IBH II para os titulares de ações ordinárias e/ou outras classes de ações preferenciais que venham a ser emitida pela IBH II.

### 12. DEBÊNTURES (CONSOLIDADO)

	31/12/2021	Cap-taço	Custo de captação amor-tizado	Pagamento		Prin-cipal	Atual-ização Monetária	Juros	Pro-viso-juros	Vari-ação mone-tária	Transfe-rências	31/12/2022
Passivo circulante												
Debêntures (b)	77.830	-	-	(45.051)	(32.254)	(102.460)	91.951	6.724	84.492	81.233		
Custos a amortizar												
(b)	(7.752)	7.795	-	-	-	-	-	-	(7.860)	(7.817)		
Total	70.078	7.795	-	(45.051)	(32.254)	(102.460)	91.951	6.724	76.632	73.415		
Passivo não circulante												
Debêntures (a)	509.589	-	-	(500.000)	-	(46.266)	36.677	-	-	-		
Debêntures (b)	1.265.072	-	-	-	-	-	-	-	70.436	(84.492)	1.251.015	
Custos a amortizar												
(a)	(3.187)	3.187	-	-	-	-	-	-	-	-		
Custos a amortizar												
(b)	(82.324)	(888)	-	-	-	-	-	-	7.860	(75.352)		
Total	1.689.150	(888)	3.187	(500.000)	-	(46.266)	36.677	70.436	76.467	1.175.664		
Total geral	1.759.228	6.907	3.187	(545.051)	(32.254)	(148.726)	128.628	77.160	145	1.249.078		
Circulante	70.078									73.415		
Não circulante	1.689.150									1.175.664		

	31/12/2020	Cap-taço	Custo de captação amor-tizado	Pagamento		Principal	Juros	Pro-viso-juros	Vari-ação mone-tária	Transfe-rências	31/12/2021
Passivo circulante											
Debêntures (a)	352.085	-	-	-	(350.000)	(22.284)	20.199	-	-	-	
Debêntures (b)	135.277	2.625	-	-	(500.112)	(57.521)	67.953	10.456	757.732	77.830	
Custos a amortizar (a)	(4.454)	-	4.599	-	-	-	-	-	(145)	-	
Custos a amortizar (b)	(8.067)	-	7.792	-	-	-	-	-	(7.477)	(7.752)	
Total	474.841	2.625	12.391	(850.112)	(79.805)	88.152	10.456	750.110	750.110	70.078	
Passivo não circulante											
Debêntures (a)	-	-	-	-	-	-	9.589	-	-	509.589	
Debêntures (b)	875.925	1.047.375	-	-	-	-	-	99.504	(757.732)	1.265.072	
Custos a amortizar (a)	-	-	(3.332)	-	-	-	-	-	145	(3.187)	
Custos a amortizar (b)	(18.663)	-	(71.138)	-	-	-	-	9.589	99.504	(750.110)	
Total	857.262	1.547.375	(74.470)	-	-	-	9.589	99.504	(750.110)	1.689.150	
Total geral	1.332.103	1.550.000	(62.079)	(850.112)	(79.805)	97.741	109.960	-	-	70.078	
Circulante	474.841									70.078	
Não circulante	857.262									1.689.150	

	Indexador	A.Juros	Vencimento	2022
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80% a.a.	15/12/2024	161.423
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05% a.a.	15/12/2024	36.713
Debenturistas - Série 3	IPCA	6,85% a.a.	15/12/2035	1.134.112
(+) Custos de transação - Debêntures				(83.169)
Total				1.249.079
Parcelas do circulante				73.415
Parcelas do não circulante				1.175.664
	Indexador	A.Juros	Vencimento	2021
Debenturistas - Série única (a)	CDI	3,00% a.a.	26/10/2023	509.589
Debenturistas - Série 1 (b)	IPCA	5,80% a.a.	15/12/2024	208.051
Debenturistas - Série 2 (b)	IPCA	6,05% a.a.	15/12/2024	47.318
Debenturistas - Série 3(b)	IPCA	6,85% a.a.	15/12/2035	1.087.533
(-) Custos de transação - Debêntures (a)				(90.076)
(-) Custos de transação - Debêntures (b)				1.759.228
Total				1.759.228
Parcelas do circulante				70.078
Parcelas do não circulante				1.689.150

a) Debêntures - IBH II - Debêntures - 2ª emissão: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de outubro de 2021, foi aprovada a realização da 2ª emissão de debêntures simples da Controlada, não conversíveis em ações, da espécie de garantia real, em até 2 (duas) séries, as quais serão objetivo de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instituição da Comissão de Valores Mobiliários - "CVM" nº 476, de 16 de janeiro de 2019 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Debêntures", "Emissão" e "Oferta", respectivamente) mediante da escritura particular da 2ª Emissão Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em até 02 (duas) séries para Distribuição Pública com esforços restritos da Infraestrutura Brasil Holding II S.A., entre a Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Foram emitidas 500.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1,00, totalizando R\$ 500.000. A emissão se deu em série única, podendo se desdobrar em duas séries, limitado ao valor da emissão. Sobre os valores das Debentures incidirão juros de 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, expressas na forma percentual ao ano, acrescidas exponencialmente de sobretaxa expressa (spread) equivalente de 3,30% ao ano. As debêntures tem o prazo de vencimento de 24 meses, com vencimento em 26 de outubro de 2023, e foram liquidadas em sua totalidade em 30 de junho de 2022. Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$3.332 foram apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. b) Debêntures - CART - Debêntures - 1ª e 2ª emissão: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2012, foi aprovada a realização da segunda emissão de debêntures simples da CART, não conversíveis em ações, de acordo com a Instrução CVM nº 476/09. Foram emitidas 750.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1,00, totalizando R\$750.000. A emissão se deu em duas séries, sendo que para a primeira série foram emitidas 380.000 debêntures e para a segunda série forma emitidas 370.000 debêntures. As debêntures tem o prazo de vencimento de 12 anos, com vencimento em 15 de dezembro de 2024 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 5,80% a.a. para as debêntures da primeira série, e 6,05% a.a. para as debêntures da segunda série. Os juros remuneratórios pagos anualmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 do mês de dezembro, tendo o primeiro pagamento ocorrido em 15 de dezembro de 2013. Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$ 59.008 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 3.355 (R\$ 5.033 em 31 de dezembro de 2021). As debêntures emitidas possuem, em 31 de dezembro de 2022, uma das suas hipóteses de vencimento antecipado, a obrigação de manutenção da classificação de risco igual ou superior a "A-", ou equivalente, por no menos uma Agência de Classificação de Risco contratada pela CART, **Debêntures - 3ª emissão:** Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de setembro de 2021, foi aprovada a realização da terceira emissão de debêntures simples da CART, não conversíveis em ações, de acordo com a Instrução CVM nº 476/09. Foram emitidas 105.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$10,00, totalizando R\$1.050.000. A emissão se deu em série única. As debêntures tem o prazo de vencimento de 170 meses, com vencimento em 15 de dezembro de 2035 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a determinado percentual ao ano, a ser apurado em Procedimento de Bookbuilding, e, em todo caso, limitado a maior taxa entre: (a) 5,65% ao ano; (b) taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com juros remuneratórios 2035, com vencimento em 15 de dezembro de 2035, conforme apurado no dia útil imediatamente anterior à data de realização de Procedimento Bookbuilding, acrescida exponencialmente de um spread equivalente a 1,65% ao ano. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro. Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$ 86.381 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 79.908 (R\$ 85.033 em 31 de dezembro de 2021). As debêntures emitidas possuem como obrigação a contratação de pelo menos uma agência de classificação de risco (*rating*), devendo, ainda, fazer com que a agência de classificação de risco atualize a respectiva classificação de risco das debêntures anualmente, a partir da data do primeiro relatório de classificação de risco, até o vencimento das debêntures. Cláusulas restritivas (convencentes). Conforme previsto no contrato das debêntures os seguintes fatos deverão ser apresentados, obrigatoriamente, junto com as demonstrações contábeis auditadas de 31 de dezembro de cada ano. Os índices financeiros são: Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento). ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = (1) EBITDA ajustado/ (amortizações + (2) juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos); ≥ 1,2. <sup>(1)</sup> O EBITDA = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: Imposto (R e CSLL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total - financiamentos - aporte de capital). <sup>(2)</sup> Juros pagos das dívidas financeiras de curto e longo prazo.

### 13. NOTA PROMISSÓRIA (CONSOLIDADO)

	2021	Pagamento		Provisão juros	2022
		Captação	Principal		
Passivo circulante					
Nota Promissória	-	750.000	(750.000)	(61.233)	61.233
Total	-	750.000	(750.000)	(61.233)	61.233
	2020	Pagamento		Provisão juros	2021
		Captação	Principal		
Passivo circulante					
Nota Promissória	-	100.000	(100.000)	(313)	313
Total	-	100.000	(100.000)	(313)	313

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de junho de 2022, foi aprovada a realização da segunda emissão de notas promissórias em série única. Fora distribuição pública com esforços restritos, de acordo com a Instrução CVM nº 476/09 e Instrução CVM nº 566/15. Foram emitidas 15 notas promissórias, com valor nominal de R\$ 50.000 totalizando R\$ 750.000. Sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Promissórias incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, acrescida de uma sobretaxa (spread) equivalente a 3,30% ao ano. As notas promissórias tinham seu vencimento de até 180 (cento e oitenta) dias corridos e foram quitadas em 23 de dezembro 2022.

### 14. CONTAS A PAGAR PELA AQUISIÇÃO DE INVESTIDA (CONSOLIDADO)

Referem-se ao saldo a pagar pela compra da CART, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Controladora / Consolidado		2022
	2021	Atualização monetária	
CART	117.099	23.961	141.060
Circulante	58.550	-	70.530
Não circulante	58.549	-	70.530
	Controladora / Consolidado		2021
	2020	Atualização monetária	
CART	105.762	11.337	117.099
Circulante	-	-	58.550
Não circulante	105.762	-	58.549

O saldo remanescente no montante de R\$ 141.060 é atualizado pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI), antes do seu pagamento em 14 de junho de 2022, foi aprovada a realização da segunda emissão de notas promissórias em série única. Fora distribuição pública com esforços restritos, de acordo com a Instrução CVM nº 476/09 e Instrução CVM nº 566/15. Foram emitidas 15 notas promissórias, com valor nominal de R\$ 50.000 totalizando R\$ 750.000. Sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Promissórias incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, acrescida de uma sobretaxa (spread) equivalente a 3,30% ao ano. As notas promissórias tinham seu vencimento de até 180 (cento e oitenta) dias corridos e foram quitadas em 23 de dezembro 2022.

### 15. CREDOR PELA CONCESSÃO (CONSOLIDADO)

O prazo da concessão da CART e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP) têm seu término previsto para o ano de 2039. Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviária 002/ARTESP/2009, relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008, a CART assumiu os seguintes compromissos: a) Investimentos: Os principais investimentos decorrentes da concessão são: i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível; ii) Construção de postos de

pagagem (fixos e móveis) e postos de serviços de atendimento aos usuários; iii) Construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios preexistentes; e iv) Implantação e melhoria de acessos, travessias, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e redeaquecimento de interseções. b) Outorga fixa e variável: Pagamento pelo direito de exploração do sistema rodoviário, dos seguintes montantes: Outorga fixa: Valor fixo de R\$ 634.000, conforme Nota explicativa nº 8, a favor do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP que foi liquidada integralmente em 16 de setembro de 2010. Outorga variável: Conforme deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, o percentual de outorga variável sobre a receita bruta foi reduzido para 1,5%, a partir do mês de novembro de 2013 até 31 de dezembro de 2018. A partir de janeiro de 2019, o percentual de 3% será aplicado sobre a receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela CART. O compromisso com outorga variável a pagar, em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.667 (R\$ 1.377 em 31 de dezembro de 2021). Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2021, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 15.620 (R\$ 14.021 em 31 de dezembro de 2021) referente à outorga variável. c) Garantias: A CART utiliza-se da contratação de seguro-garantia para o cumprimento das seguintes garantias contratuais: i) Garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. Esta garantia será liberada na proporção do cumprimento das funções de ampliação, limite máximo de indenização será de R\$ 47.835. Vigência mínima de 12 meses. ii) Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável, no limite máximo de indenização de R\$ 184.858.

### 16. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS (CONSOLIDADO)

A situação jurídica do Grupo engloba processos de natureza trabalhista e cível. A Administração, substanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomadas em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio do Grupo, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizações. Composição do risco:

	Consolidado	
	2022	2021
Probabilidade de perda	Provável	Possível
	Total	Total
Trabalhistas	10.255	9.945
Cíveis	19.123	33.354
Tributária	-	1.000
Procedimentos Arbitrais (*)	74.727	39.290
Ambiental	356	7.171
Total	104.461	90.761

	Consolidado	
	2022	2021
Probabilidade de perda	Provável	Possível
	Total	Total
Trabalhistas	12.427	17.287
Cíveis	6.983	25.211
Tributária	-	906
Procedimentos arbitrais	66.401	34.378
Ambiental	261	6.090
Total	86.072	83.872

(\*) As provisões de processos arbitrais compostos pela notificação recebida pela CART em 24 de fevereiro de 2017 tendo como Requerente a OAS (Mertha S.A) são atualizados mensalmente via IGP-M acumulado do mês. Movimentação dos riscos provisões:

	Consolidado	
	2021	2022
Reversões/ pagamentos	2021	2022
	2021	2022
Trabalhistas	12.427	17.287
Cíveis e ambientais	7.244	19.316
Procedimentos Arbitrais	66.401	-
Total	86.072	21.461

	Consolidado	
	2020	2021
Reversões/ pagamentos	2020	2021
	2020	2021
Trabalhistas	9.210	17.287
Cíveis e ambientais	7.384	5.669
Procedimentos Arbitrais	66.260	-
Total	82.854	11.577

a) Riscos trabalhistas: O Grupo é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros. b) Riscos cíveis: A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por usuários, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário. c) Procedimento arbitral: Em 24 de fevereiro de 2017, a CART recebeu Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a Metha S.A., com valor provisório atribuído de R\$ 450.000, a fim de dirimir conflito originado do contrato de prestação de serviços de engenharia e manutenção de obras civis firmado pelas partes. A CART não concorda com os pedidos apresentados pela Metha S.A., e por outro lado, entende que Metha S.A. deixou de cumprir com obrigações do contrato de execução de obras civis. Foi apresentada defesa por parte de sua controlada Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. juntamente com seus conta pleitos, os quais perferam, no seu entendimento, o valor provisório de R\$ 350.000. Houve, ao longo do tempo, a devida instrução do procedimento arbitral através da apresentação de laudos e realização de perícias para a comprovação das teses apresentadas pela Companhia, tendo sido determinada a data de 26 de janeiro de 2021 para a prolação da decisão arbitral. Em razão de ordem judicial de penhora recebida nos autos da arbitragem, oriunda de processo promovido por terceiro alheio à relação entre a CART e a Metha, houve a concessão de prazo, pela câmara arbitral, para ambas as partes se manifestarem a seu respeito, tendo a CART impugnado tal decisão por entender que tal penhora é ilegal. A câmara arbitral decidiu pela improcedência do pedido de penhora, dando seguimento à avaliação dos pleitos apresentados pelas partes, resultando na prolação de sentença arbitral parcial em 29 de março de 2021. Após a referida sentença, as partes apresentaram suas manifestações com pedidos de reconsideração, as quais foram indeferidas. Com tais indeferimentos, deu-se início a fase de liquidação da sentença arbitral parcial, com a apresentação, pelas partes, de seus cálculos liquidatórios, os quais encontram-se em fase de discussão. A Administração da CART, substanciada na opinião de seus assessores externos, avaliou o prognóstico de êxito



das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270. Com seus respectivos acessos, bem como todas as benfeitorias.  
d) O presente seguro de riscos operacionais tem por objeto garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cada cobertura contratada e expressamente identificadas na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observado os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

27. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA (CONSOLIDADO)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, conforme mencionado nas notas explicativas nº 7 e 8, foram adquiridos ativos imobilizados e intangível ao custo total de R\$ 12.418 e R\$ 394.733 a

seguinte forma:

a) Imobilizado	
Custo com aquisição imobilizado	
Saldo de fornecedor no fim do exercício	
b) Intangível	
Custo com aquisição intangível	
Saldo de fornecedor no fim do exercício	

2022	2021
(12.418)	(33.349)
5.297	1.928
(7.121)	(31.421)
(394.733)	(145.983)
38.577	15.748
(356.156)	(130.235)

c) Empréstimos e financiamentos e debêntures - Pagamentos	2022	2021
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	(382.252)
Pagamento de debêntures	(545.051)	(850.112)
Custo de transação	-	(71.138)
	(545.051)	(1.303.502)
d) Empréstimos e financiamentos e debêntures - Captações	2022	2021
Captação de debêntures	-	1.550.000
Arrolagem da dívida	-	(338.580)
	-	1.211.420

A DIRETORIA

Gilson Carvalho - Diretor Financeiro/RI

Daniel Becker - Diretor

CONTADOR: Daniel Lavorini - Contador - CRC 1SP241985/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da  
Infraestrutura Brasil Holding VI S.A. Bauru - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Infraestrutura Brasil Holding VI S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Infraestrutura Brasil Holding VI S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avallamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação

a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avallamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 05 de abril de 2023



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-027666/F

Marcos Roberto Bassi  
Contador CRC 1SP217348/O-5

